



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12361 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT12 - Currículo

PROCESSO DE ADESÃO/REJEIÇÃO DE OBRAS PEDAGÓGICAS DE PREPARAÇÃO PARA ALFABETIZAÇÃO (EDITAL PNLD2022) NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

Karla Wanessa Carvalho de Almeida - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Katia Silva Cunha - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: Facepe

PROCESSO DE ADESÃO/REJEIÇÃO DE OBRAS PEDAGÓGICAS DE PREPARAÇÃO PARA ALFABETIZAÇÃO (EDITAL PNLD2022) NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM MUNICÍPIOS DA MATA SUL DE PERNAMBUCO

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho articula os discursos do Edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD-2022, para a Educação Infantil, junto ao processo experiencial de adesão ou rejeição de alguns municípios da mata sul de Pernambuco.

O campo político da Educação Infantil tem nos últimos anos sofrido diversos ataques, fatores contingenciais como a inclusão da Educação Infantil na Política Nacional de Alfabetização e o Edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD-2022, para a Educação Infantil tem representado uma tentativa de reposicionar compreensões forjadas em negociações amplas.

A expectativa propositiva do governo atual instando normativas e orientações em plena contradição com as políticas que sustentam uma identidade política e pedagógica para a Educação Infantil nos levam as seguintes reflexões: quais materiais pedagógicos podem auxiliar o professor de Educação Infantil na projeção de experiências educativas e significativas com a linguagem oral e escrita das crianças? Quais os limites e tensionamentos da compreensão das distinções entre livro didático e material didático? Há livros adequados

para as experiências orais e escritas na Educação Infantil?

Atentas às interlocuções desse recorte, das quais a dimensão da instrumentalização da docência, por meio, das relações que se estabelecem entre currículo e complexidades cotidianas, e como estas podem revelar concepções e pressupostos epistêmicos, teórico e pedagógicos que impactam as práticas na Pré-escola na Mata Sul de Pernambuco, nos fundamentamos em uma abordagem teórico estratégica, a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). No bojo, do trabalho mobilizamos uma pesquisa documental do edital e relatos das experiências de adesão/rejeição realizadas pela Coordenação de Educação Infantil dos municípios.

2 O CAMPO POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS

Os autores citados, discutem como o campo social e discursivo produzem sentidos vinculados a elementos contingenciais e históricos. Esse território da dispersão discursiva, coloca a significação, sem conteúdo pré-estabelecido, mas um constructo decorrente de formação discursiva articular em torno de pontos nodais historicamente e contingencialmente situados- uma construção sociopolítica. Para os fins de nossa pesquisa, esse pressuposto nos ajuda, de um lado, a perceber especificidades do arranjo curricular, colocado em disputa, por novas discursividades políticas. E, do outro, as formas de lutas e resistências dos movimentos sociais e acadêmicos nesse interior.

Em nossa perspectiva teórico estratégica, os discursos se projetam a partir de antagonismos, expressos por lógicas de diferença e equivalência no processo articulatório, passando a desenvolver uma cadeia de equivalência. A primeira compreende as diferenças, enquanto a segunda, se relaciona pelo elemento excluído e não por algo comum, a lógica da diferença incorpora demandas/associações que permitem deslocamento de sentido quando há expulsão de algum deles da significação.

Para os autores “a lógica de equivalência é uma lógica da simplificação do espaço político, enquanto a lógica da diferença é uma lógica de sua expansão e complexidade crescente” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p.209). Tais lógicas foram pensadas pelos autores para explicar como o social se (des)estrutura e, portanto, estão diretamente relacionadas à ação política. Nesse sentido, cabe dizer que os espaços políticos não são pensados como constituídos fora do próprio fluxo da ação política.

Na formação discursiva, essas lógicas dispõem de como a diversidade de discursos vão se articulando por meio da lógica de equivalência. A disputa dessa heterogeneidade discursiva compete com um “conglomerado de significações distintas” para compor o sistema de significação de uma política, ou um documento político, por exemplo. A composição, ocorre quando se elege um significante vazio, como um representante de uma

totalidade. O termo “vazio”, afasta-se da ideia de falta ou ambiguidades de sentidos, revela-se por uma elasticidade de conteúdos que estão relacionados a uma dada conjuntura articular de sujeitos políticos em experiências políticas situadas.

Esse significante elegido das condições contingenciais- possibilidades e bloqueios, condensa cadeias associativas relacionais, que organiza o sentido a partir de uma singularidade, de caráter precário e dependente da capacidade política dos sujeitos e dos processos identificatórios. Essa propositura, nos ajuda a analisar os textos políticos como fixação metafórica, a partir dos significantes articulados e heterogeneidades flutuantes, são esses elementos que a próxima sessão delinea a partir dos discursos do edital PNLD 2022 e as posições de adesão e rejeição de municípios da mata sul de Pernambuco.

2.1 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

2.1.1 Discursos e sentidos híbridos: o edital PNLD 2022 e as posições municipais

O edital convoca a participação dos municípios no processo de aquisição dos livros e materiais didáticos para a educação infantil. Ele organiza-se em três objetos específicos: (1) obra didática; (2) obra literária e (3) obras pedagógicas de preparação para alfabetização baseada em evidências. Essa estruturação sistematiza orientações e critérios pedagógicos para a elaboração de livros didáticos para a educação infantil (Pré-escola) e para professores, gestores no sistema público de ensino (BRASIL, 2020).

Em nossa análise, a Política Nacional de Alfabetização - PNA (2019) aparece como horizonte de inscrição do referido edital. O interessante desse indicativo consiste que a PNA oficializa uma abordagem de alfabetização “Método Fônico”. Indicamos ser esse o antagonismo que sistematiza um conjunto de equívocos e contradições epistemológicas, teóricas e pedagógicas com as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) e da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BRASIL, 2017).

Enquanto, a PNA propõe uma abordagem de treino de habilidades desnecessárias na compreensão do funcionamento do Sistema de Escrita Alfabético, a “Consciência fonêmica” (LEAL, 2019). As DCNEIs e BNCC partem de um trabalho cujo eixos são a brincadeira e as interações. No que concerne, as múltiplas linguagens, o trabalho pedagógico da leitura e escrita, estaria dirigido ao desenvolvimento de consciência fonológica, de modo lúdico e sem o treinamento (LEAL, 2019).

A emergência desse antagonismo se realiza também nos relatos dos municípios participantes da pesquisa, mesmos naqueles que indicaram a adesão. Nos relatos há indicação que todos os municípios seguiram a orientação do edital, convocaram os

professores a participarem de momentos de análises dos livros. Em todos os relatos, emergiram questionamentos sobre a sintonia do material no que diz respeito as interações e brincadeiras, bem como, como esse material se antagoniza com o currículo de Educação Infantil de Pernambuco e com o Programa Criança Alfabetizada (em regime de colaboração visa o fortalecimento da EI, pela promoção de formações continuadas) cuja métrica pautada-se nos imperativos do currículo, direcionando práticas junto às crianças.

Nossas análises do edital, indicam a literacia e numeracia como nodais, que organizam sentidos e conceitos, projetados no trabalho pedagógico na Educação Infantil. Nesse lugar, organizam os conteúdos dos “livros didáticos” a partir dos significantes Consciência fonêmica, Literacia emergente e familiar, Modelagem de aula, Numeracia, como forma de atualizar conceitos no campo educativo “baseada em evidências robustas”. Esses nodais, são apresentados como solução para o problema da alfabetização brasileira. Em suas construções de equivalência buscam deslocar uma gramática já instituída no âmbito da Educação Infantil, por meio de conceitualidade genérica, restringindo o trabalho pedagógico na EI a alfabetização, desconsiderando os eixos estruturantes da ação docente, o desenvolvimento integral das crianças, colocando a criança em lugar de falta, guiada por uma lógica da suplementação, indicando uma função preparatória para educação infantil e descaracterizando a identidade política e pedagógica da Educação Infantil.

Essa tentativa de deslocar práticas e ações docentes, chama atenção para as práticas curriculares da EI que estão a todo instante sendo tensionadas por contingências sociais e políticas dos contextos nacionais e locais. Em muitos relatos de adesão, a discussão do antagonismo entre a PNLD 2022/Livros Didáticos e os contornos do currículo de Educação Infantil foram subalternizados. Emergem nos relatos indicativos que posições de líderes de alto escalão na secretaria de Educação tangenciaram a adesão, em seus lugares de poder, diluíram as questões do campo epistêmico, curricular e do desenvolvimento para o aspecto de facilitação que o livro traria para o planejamento. Esse tipo de pensamento emblemático, atua como fechamento das práticas.

Vale dizer que a construção do posicionamento de adesão, tem seu conteúdo político pedagógico, fruto dos efeitos de articulações discursivas. A articulação equivalencial projetada no posicionamento, hegemonicamente considera demandas micropolíticas de conteúdo partidário que incide nas relações administrativas e pedagógicas dos municípios ainda envoltos por práticas de colonialidade. O posicionamento, compreendido enquanto discurso, torna-se superfície inscrição de uma subjetividade pedagógica, com efeito tanto para o desenvolvimento das crianças como para a atuação docente, ou seja, ela organiza um espaço discursivo com legibilidade de lugares e funções (inscrição simbólica).

Outros relatos indicam, como a dimensão administrativa e política (governamental) situou a adesão por acordos pré-estabelecidos com editoras, o que anulou as ações da Coordenação de Educação Infantil do município. Reflexões urgentes de como empresas tem tensionado e tentado demarcar um horizonte de atuações "qualitativas" no trabalho voltado

à linguagem escrita na Educação Infantil pelo alargamento de seus catálogos pedagógicos com fins lucrativos, é urgente. Pois, inúmeras pesquisas situam experiências em relação as linguagens, originárias do cotidiano e não do livro didático/cartilhas instrumentais, envoltos em baixa qualidade visual e enunciativa e instrumentalização de num trabalho alienado (CARBONIERI; MAGALHÃES, 2022).

Apenas um município participante se posicionou em rejeitar os livros didáticos para a Educação Infantil, ou seja, bloquear seus sentidos. Em seu relato, encontramos uma mobilização de esclarecimento das concepções presentes no currículo de Educação Infantil de Pernambuco, realizado pela Coordenação de Educação Infantil municipal, que atuou na sensibilização tanto de sujeitos na esfera administrativa quanto junto aos professores. Nesse empreendimento, recorreu a respaldar suas ações a partir de *lives* e ações do Fórum em Defesa da Educação Infantil de Pernambuco e do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, problematizando a estruturação dos livros, as concepções de criança, de leitura, do controle dos processos pedagógicos e sua redução ao campo da alfabetização e domínio matemático, ou seja, a partir das demandas excluídas do discurso. Esses elementos tonificaram sua justificação em rejeitar os livros didáticos para a Educação em seu município.

De forma positiva, o relato do município, evidencia o quanto o MIEIB e os fóruns estaduais, tem assegurado em sua função de articulador e formador político, a promoção de debates políticos da Educação Infantil como campo ético-político. E de como suas ações podem redirecionar as ações políticas, administrativas e pedagógicas dos municípios. A construção da posição de rejeição ao edital, pelo município foi construída por traduções discursivas que circularam os debates do direito, do desenvolvimento e da aprendizagem pautados nos processos investigativos junto as brincadeiras e interações, e que por isso rechaçam materiais didáticos empobrecidas de mentoria da prática docente.

3. CONSIDERAÇÕES

Introduzimos este texto apontando para os deslocamentos discursivos e de sentidos das políticas educacionais, problematizando o edital PNLD 2022-Educação Infantil, articulando como esses discursos se inscrevem nos processos de adesão ou rejeição de livros didáticos para a Pré-escola de alguns municípios da mata sul de Pernambuco. Apresentamos como as categorias analíticas de discurso, significante vazio e cadeia de equivalência são tomados para explicar as ações da política e do político. Consideramos que há uma tentativa dos discursos presente no edital de mutacionar sentidos da Educação Infantil para do Ensino Fundamental. Essa estrutura discursiva mentora metodologicamente a compreensão de currículo na Educação Infantil, deslocando a criança de sua centralidade e anulando os processos investigativos junto as brincadeiras e interações. Nessa direção, o trabalho da leitura e escrita devem privilegiar percursos de aprendizagens com obras literárias de boa

qualidade, que em seu interior, considere as complexidades relacionais, interativas, experienciais e contextuais, o que elimina práticas estanques, reduzidas a memorização de conteúdo e metódicas de transmissão.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Alfabetização. Secretaria de Alfabetização (Sealf) – Brasília. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm Acesso em 2 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em 2 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Alfabetização. PNLD 2022 — Educação Infantil (Edital 02/2020-CGPLI). Disponível em: <https://www.fnede.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editaisprogramas-livro/item/13526-edital-pnld-2022> Acesso em: 20 set. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf Acesso em 5 ago. 2022.

CARBONIERI, Juliana; Magalhães, CASSIANA. Livro didático: contradições para o desenvolvimento da imaginação na idade pré-escolar. In SciELO. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3957/7384> Acesso em 14 ju. 2022.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. Tradução Joanildo A. Burity, Josias de Paula e Aécio Amaral. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

